
DEBATE SOBRE O ARTIGO
DE DON MITCHELL



1- A IDÉIA DE CULTURA: UMA RESPOSTA A DON MITCHELL

■ PETER JACKSON*

Don Mitchell (1995) afirma que os geógrafos culturais (eu estando incluído) continuam a reificar a "cultura" e que nossa pesquisa deveria ser redirecionada para estudos da "cultura como ideologia", examinando aqueles que articulam a idéia de "cultura", em vez de estudar a cultura como uma entidade ontológica ("cultura propriamente dita"). Esta é uma agenda com a qual estou profundamente de acordo, tendo debatido durante anos contra uma definição reificada de cultura e a favor da exploração do poder ideológico da cultura (por meio do conceito de política cultural). Em *Maps of Meaning* (1989, p. 23), por exemplo, afirmei que cultura é "um termo contestado, cujo significado agora deve ser considerado problemático". Argumentei contra explicações "culturalistas", pelas quais se diz que as pessoas fazem as coisas devido a sua cultura e a favor de explicações materialistas que se recusam a tratar a esfera das idéias, atitudes, percepções e valores como independentes das forças e relações de produção. Como ocorreu com o conceito de "raça", afirmei consistentemente que a "cultura" não pode explicar: é a coisa a ser explicada.

Sobre estes pontos, eu e Don Mitchell concordamos. Ele prossegue, creio que corretamente, criticando meu uso de uma série de metáforas que abordam a cultura como um domínio, um meio ou um nível, argumentando que tais termos correm o risco

de reificar a cultura em uma forma apenas levemente mais sofisticada que as antigas teorias "supraorgânicas". Em vez de simplesmente voltar a expor minha posição ou defender o que escrevi há mais de cinco anos, gostaria de comentar o contexto no qual foram feitos meus comentários anteriores e tentar estabelecer uma agenda para futura pesquisa em relação à qual acho que Don Mitchell e eu estamos em substancial acordo.

CONTEXTO

Ao escrever que cultura é

um domínio, não menos que o político e o econômico, no qual as relações sociais de dominação e subordinação são negociadas e refutadas, onde significados não são apenas impostos mas contestados, (ibid., p. IX)

eu estava escrevendo contra os que procuravam relegar a cultura ao superficial e efêmero. Procurei juntar-me àqueles que, como Denis Cosgrove, estavam defendendo uma abordagem materialista para a cultura, contra as definições "supraorgânicas" que ainda estavam em uso. Com Cosgrove, afirmei que

cultura não é uma categoria residual, a variação superficial deixada inexplicada por análises econômicas mais poder-

sas; é o próprio meio através do qual a mudança é experienciada, contestada e constituída (Cosgrove e Jackson, 1987, p. 95).

A referência à cultura como um "meio" pode ter sido mal orientada (apesar de ter uma longa tradição no campo dos estudos culturais contemporâneos), mas a intenção era clara: abrir um espaço para análises "culturais" do que eram então categorias amplamente impermeáveis da economia política. A "mudança cultural" (Chaney, 1994), que desde então ocorreu por meio das ciências humanas, pode ter ocultado o que então parecia urgente. Contudo, aceito que as metáforas de domínio, nível, meio e arena mantêm suas próprias cargas ideológicas e reificam "cultura" a um grau que agora eu acharia inaceitável.

Certamente, poder-se-ia fazer a defesa similar de Carl Sauer, cuja própria tendência a reificar a cultura pode ser explicada, em parte, por sua ânsia em se opor ao ambientalismo excessivo de sua época. Similarmente, a insistência de Raymond Williams (1977, p. 13) sobre cultura como um "modo total de vida" foi articulada em oposição às teorias elitistas de cultura como "o melhor que foi pensado e enunciado", na frase famosa de Matthew Arnold (1896). Isto não significa uma desculpa de auto-defesa, mas apenas um argumento em favor de uma leitura mais contextualizada da história das idéias.

AGENDA

Apesar de estar em acordo geral com o argumento de Don Mitchell sobre a natureza ideológica da "cultura", há uma área onde ainda podemos discordar. Ao limitar sua agenda à "idéia de cultura", comparando minha própria abordagem à idéia

de "raça" (Jackson, 1987), Mitchell corre o perigo de desgastar qualquer sentido de materialidade da cultura. Isto não quer dizer que a "cultura" propriamente dita é material, mas que aquilo que definimos convencionalmente como "cultura" ganha muito de seu poder a partir de sua materialidade aparente (tanto quanto "raça" ganha seu poder ideológico a partir de seu enraizamento aparente na natureza). Insistindo no "cultural" como uma construção completamente social, incluindo a nossa concepção do mundo natural, podemos correr o perigo de esvaziar o conceito de qualquer referência material (as formas culturais particulares, por exemplo) um tanto como, na teoria pós-estrutural, a insistência sobre "nenhum mundo além do texto" abriu as portas a um relativismo politicamente desautorizado. Em seu próprio trabalho empírico sobre habitações pertencentes à empresa, por exemplo, Mitchell (1993, p. 112) está claramente interessado pela forma construída de cidades de uma única indústria, assim como no que ele chama de "ideologia hegemônica" de paternalismo. Sem tal preocupação pelo mundo material, arriscamos a produzir uma geografia cultural completamente anêmica, onde as únicas lutas são sobre linguagem e políticas de representação. Isto parece estar estreitando indevidamente nossa agenda, numa época em que disciplinas adjacentes, como a antropologia, estão expressando um interesse renovado e teoricamente informado pela cultura material.

Mas estas são diferenças menores se comparadas ao terreno que agora temos em comum. Concordamos que a "cultura" não é causativa e que pode ser usada como explicação para diferenças sociais no mundo material. Concordamos que a "cultura" é socialmente construída e é freqüentemente contes-

tada asperamente. Concordamos que a "cultura" é uma ideologia que tem sido historicamente controlada pelos poderosos. Espero que, ao endossar seu argumento de que a "cultura está em toda parte" (apesar de agora destituída de poder explanatório), nós não concederemos a análise aos críticos conservadores que tomam nosso medo de reificação como um sinal de que, mais uma vez, "a cultura não existe".

NOTAS _____

- * Traduzido por Olívia B.Lima da Silva de "The idea of culture: a response to Don Mitchell". Publicado em *Transactions of the Institute of British Geographers*. 21 (3). 1996, pp. 572-573.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____

- ARNOLD M. *Culture and anarchy*. London: Smith, Elder, 1869.
- CHANEY D. *The cultural turn*. London: Routledge, 1994.
- COSGROVE D. and JACKSON P. New directions in cultural geography. *Area*, v. 19, p. 95-101, 1987.
- JACKSON P. The idea of 'race' and the geography of racism. In: JACKSON P. ed. *Race and racism*. London: Allen & Unwin, p. 3-21, 1987.
- JACKSON P. *Maps of meaning: an introduction to cultural geography*. London: Allen and Unwin, 1989.
- MITCHELL D. Public housing in single-industry towns: changing landscapes of paternalism. In: DUNCAN J. AND LEY D. (eds). *Place/culture/representation*. London: Routledge, 1993, p. 110-27.
- MITCHELL D. There's no such thing as culture: towards a reconceptualization of the idea of culture in geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, NS 20, v. 1, p. 102-16, 1995.
- WILLIAMS R. *Marxism and literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.



2- IDÉIAS E CULTURA: UMA RESPOSTA A DON MITCHELL

■ DENIS COSGROVE

Don Mitchell (1995) está preocupado porque a chamada "nova geografia cultural" caiu na mesma armadilha que seus organizadores, ao criticarem trabalhos anteriores sob esse nome, procuraram evitar: isto é, tratar a cultura como uma categoria ontológica que é "socialmente causativa". Apesar de simpático a grande parte da produção acadêmica dos "novos" geógrafos culturais, ele está preocupado em enfatizar que cultura é uma *idéia* com história específica e laços explícitos ao exercício e representação do poder social. Em suas palavras, é "uma idéia por intermédio da qual as várias maquinações da 'economia política' são representadas como cultura"(ibid). No espaço limitado de uma resposta a um trabalho sério e fortemente argumentado, apresentarei apenas três pontos.

Primeiro, há algo tenuemente quixotesco sobre o conjunto do projeto de Mitchell. Ao trazer à tona exclusivamente afirmações programáticas e críticas teóricas, ele ignora o trabalho monográfico substantivo daqueles a quem critica (a não ser em breves e corteses notas de rodapé). Ao longo de seu trabalho, ele passa de uma crítica razoavelmente cautelosa, intimamente ligada a reivindicações teóricas publicadas, até atribuições de convicção não substanciadas e impetuosas.

A 'cultura' é certamente reificada como explanação, como força causal mes-

mo quando, ou especialmente porque, ninguém foi capaz de especificar o que é 'cultura'... isto continua a ser verdade, não importa quanto os geógrafos culturais gostariam de reivindicar que suas conceitualizações mais recentes e mais sutis de cultura, ou sua atenção a uma lista ampliada de características que presumem verdadeiramente constituir a cultura, permite maior espaço para as 'subculturas' serem analisadas (ibid).

Que eu saiba, em parte alguma qualquer um dos "novos" geógrafos culturais citados por Mitchell afirmou – explicitamente em textos teóricos ou implicitamente, em seus trabalhos substantivos – que uma lista ampliada de características constitui uma definição mais verdadeira de uma 'cultura' reificada do que a que existia anteriormente. Afirmar isto é entender erroneamente suas intenções. Apesar de poder estar faltando uma visão explicitamente geográfica da idéia de cultura e apesar das considerações de David Livingstone em *The geographical Tradition* (1992) sobre o que ele chamou de "o procedimento geográfico" oferecer algumas orientações sugestivas, os "novos" geógrafos culturais historicamente sensíveis trabalharam precisamente ao longo das linhas que Mitchell parece estar promovendo. Isto é ver-

dade em meu próprio estudo da idéia de paisagem e, mais recentemente, em *The Palladian Landscape* (Cosgrove, 1993) que é, na verdade, um exame de como uma série de práticas materiais, esforços técnicos e intelectuais, desejos e anseios espirituais foram integrados por grupos sociais localizados por meio de um "processo muito claro de demarcação e interpretação... [para o interior de] um sistema estruturado de representação de pessoas e coisas" (Mitchell, 1995).

Eu poderia apresentar argumentos similares para *The City as Text* (1990), de Duncan, e vários dos estudos sobre grupos minoritários na Grã-Bretanha realizados por Jackson (1987, 1989, 1991, 1993). O ponto é que, na prática, a "nova" geografia cultural não trata a cultura como causativa, mas muito mais ao longo das linhas que o argumento de Mitchell requer.

Segundo, Mitchell salienta que a produção teórica na geografia cultural procurou desviar-se da reificação da cultura adotando "metáforas associadas à espacialidade" que enfatizaram processos de construção e contestação sociais. Então, ele pergunta: "em quê essas metáforas espaciais estão apoiadas?" (Mitchell, 1995). Fico perturbado por sua persistente demanda de que as metáforas estejam teoricamente apoiadas. Uma metáfora é um artifício lingüístico – uma construção retórica desenvolvida e desdobrada dentro de uma argumentação persuasiva, não uma técnica de explanação científica. Por definição, as metáforas não podem estar teoricamente apoiadas, a não ser, é claro, que estejamos sendo solicitados a aceitar uma teoria mimética da linguagem: posição que Mitchell rejeita implicitamente em seu apelo posterior a uma atitude filosófica realista. Na verdade, a parte subsequente de seu traba-

lho parece afastar o argumento da exigência de "apoiar" teoricamente as metáforas para uma crítica realista da relativa eficácia teórica de diferentes conceitos. Esta mudança é uma consequência necessária da agenda sub-marxista de seu trabalho. Isto está nítido no trecho que citei em meu parágrafo inicial, no qual Mitchell afirma que "a idéia de cultura surge da necessidade de regularizar ou normalizar contradições entre sistemas de produção e consumo" (ibid).

Para Mitchell, a idéia de cultura é, doravante, uma ideologia e, apesar de todos os protestos sutis ao contrário, encontramos-nos firmemente de volta a uma posição base-superestrutura modificada. Para escapar da crítica bem elaborada de tal posição (tanto uma parte da agenda por meio da qual a "nova" geografia cultural foi formada, como foi a crítica ao "supraorgânico"), Mitchell recorre à afirmação de que cultura é um conceito mais "caótico" e menos teoricamente incisivo do que, por exemplo, "economia política" ou "classe", ambos usados por ele não problemáticamente.

Finalmente, em sua conclusão, Mitchell (*ibid*) faz a observação de que "cultura é uma idéia que integra dividindo" e por todo o texto refere-se ao significado da divisão e de ser o "outro" dentro do discurso da cultura. Penso que aqui ele está em terreno mais firme e mais fértil e estou surpreso apenas porque ele parece desatento ao seguir a dialética implícita neste aspecto da idéia de cultura em razão do desejo de ter conceitos teoricamente "apoiados". Apesar de se referir no início de seu trabalho ao estudo histórico de Raymond Williams (1982) sobre as origens da idéia de cultura e, uma vez que seu próprio interesse é explicar a "idéia" em vez da realidade ontológica (não existente) da cultura, Mitchell, surpreen-

dentemente, dá pouca atenção a tal estudo histórico. Se o tivesse feito, podia ter reconhecido que nas origens lingüísticas de "cultura" (por exemplo, em agri-cultura, viti-cultura, arbori-cultura, api-cultura, silvi-cultura) não é tanto uma "tendência de crescimento natural" (Mitchell, 1995 citado em Williams, 1982, p. 87) que está sendo expressa, mas, em vez disso, um processo de diferenciação da natureza por meio da intervenção humana intencional. Em outras palavras, "cultura" é aquilo que não é "natureza". Os dois conceitos, natureza e cultura, só podem existir em relação dialética uma à outra e acredito que este aspecto da idéia de cultura é consistente como uma dimensão de seu significado através das várias mudanças no uso lingüístico da palavra "cultura".

Assim, concordo com Mitchell que a idéia de "cultura" gera distinções e diferencia o mundo. Estou menos convencido que ele que as diferenciações formuladas e expressas por meio da idéia de cultura sejam redutíveis apenas a contestações de poder. Tal posição só é defensável quando a imaginação geográfica é subordinada à sociológica e quando a curiosidade ambiental que motivou o "procedimento geográfico" é esquecida. Mas isso é um problema muito mais amplo que aquele contido no trabalho de Don Mitchell.

NOTAS

- * Traduzido por Olívia B.Lima da Silva de "Ideas and culture: a response to Don Mitchell". Publicado em *Transactions of the Institute of British Geographers*, 21 (3). 1996, pp. 574-575.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSGROVE D. *The Palladian landscape*. Geographical change and its cultural representations in sixteenth-century Italy. Leicester: Leicester University Press, 1993.

DUNCAN J. *The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandyan kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

JACKSON P. *Race and racism*. London: Allen and Unwin, 1987.

JACKSON P. *Maps of meaning: an introduction to cultural geography*. London: Unwin Hyman, 1989.

—. Mapping meanings: a cultural critique of locality studies. *Environment and Planning A*, v. 23, p. 215-28, 1991.

—. Towards a cultural politics of consumption. In: BIRD J., CURTIS B., PUTNAM T., ROBERTSON G. and TICKNER L. eds. *Mapping the future: local cultures, global change*. London: Routledge, 1993.

LIVINGSTONE D. N. *The geographical tradition: episodes in the history of a contested enterprise*. Oxford: Blackwell, 1993.

WILLIAMS R. *The sociology of culture*. New York: Schocken, 1982.



3- RECONCEITUALIZANDO A IDÉIA DE CULTURA EM GEOGRAFIA: UMA RESPOSTA A DON MITCHELL

■ JAMES DUNCAN E NANCY DUNCAN*

● artigo de Don Mitchell (1995) deveria ser visto como uma elaboração e um refinamento valiosos do conceito de cultura na "nova Geografia cultural". É uma declaração precisa dos perigos de reificar a cultura por parte de geógrafos que podem ser tentados a usá-la como uma variável explanatória, em vez de estudar como a categoria da cultura funciona na prática. Em outras palavras, como geógrafos, deveríamos estudar a reificação da cultura em vez de nós mesmos reificarmos o conceito de cultura.

Mitchell apresenta seu artigo como uma crítica aos estudos dos "novos geógrafos culturais" por assumirem que a cultura tem status ontológico. Desejamos fazer dois comentários com referência a este objetivo. Primeiro, afirmaríamos que os novos geógrafos culturais realmente fazem reivindicações ontológicas para a cultura e o mesmo faz Mitchell. Ele declara que a *idéia* de cultura foi desenvolvida por atores sociais "como um meio de tentar ordenar, controlar e definir os 'outros'" (ibid). Ao dizer isto, ele dá à cultura status ontológico. O problema é que Mitchell falha em reconhecer isto porque aparentemente deseja separar idéias num domínio distinto da prática material, como se, de certa forma, não fosse plenamente real. Contudo, se ele adotasse uma posição realista, como o fazem muitos ou-

tros marxistas, seria desnecessário ver idéias como não sendo plenamente reais. A adoção de uma postura realista com referência ao status ontológico das idéias é compatível com o materialismo histórico e evita a distinção inútil entre idéias (ou textos) e realidades (ver Walton, 1995). Como mostra o próprio Mitchell, idéias são reais e são reais em suas conseqüências. Por exemplo, ele diz que "raça" não é uma categoria científica legítima, mas que o racismo certamente existe. Os racistas desdobram a categoria "raça" e conseqüências muito reais resultam disto. O mesmo ocorre com a cultura. Como diz Mitchell, a idéia de cultura é uma maneira de ordenar o mundo com inúmeras conseqüências em termos de dividir pessoas e delinear as atividades em entidades estáveis que podem reforçar as relações de poder. A cultura é, na verdade, "uma imposição social" (ibid), mas isto não significa que não seja real. Muitos dos seus efeitos são prejudiciais, como na "limpeza" étnica. Assim, podemos ver que Mitchell dá status ontológico à idéia da cultura e não há razão pela qual não devesse fazê-lo. Isto não é absolutamente a mesma coisa que reificar a cultura, transformando-a em uma entidade desconhecida supraorgânica, com poderes causais autônomos. É importante distinguir entre status ontológico e reificação.

Segundo, achamos que há um deslize no artigo de Mitchell, sob outros aspectos bem argumentado. Ocasionalmente, ele deixa de fazer justiça à posição de outros geógrafos culturais introduzindo um passo não existente na lógica deles. Daremos dois exemplos, voltando depois à crítica de Mitchell sobre *The city as text* (Duncan, 1990).

Primeiro, Mitchell (1995) sugere que, com a chamada "mudança cultural" na geografia, houve um "afastamento das explicações economicistas". De algum modo, ele conclui que isto significa que os geógrafos culturais pensam que

'a cultura' explica ações, comportamento, resistência ou formações sociais de uma maneira que a 'economia' ou a 'política' não podem explicar" (ibid).

É difícil ver lógica nisso. Explicações economicistas e econômicas não são a mesma coisa. Afastar-se de explicações economicistas certamente não é rejeitar a análise econômica ou política como não sendo válida, bem ao contrário. Enfocar aspectos culturais ou discursivos de vários fenômenos é uma questão de escolher um tópico de interesse ou especialização. Decididamente, não é privilegiar teoricamente aspectos culturais em relação a aspectos políticos e econômicos. De qualquer maneira, tal favorecimento seria impossível se se crê na inseparabilidade destes vários aspectos.

A "mudança cultural" refere-se não ao que está ocorrendo na própria geografia cultural que, é claro, sempre esteve interessada pelo cultural, mas à abertura dos vários subcampos da geografia, como a geografia econômica ou política e seus objetos de estudo, a uma maior consideração da especificidade cultural e histórica. Discutiremos abaixo que tal

conceito não reificado de especificidade cultural é um conceito valioso, que introduz complexidade em conceitos de outro modo demasiadamente abstratos e universalizados, tais como "a economia" ou a "política". Ao lado desta "mudança cultural" em vários subcampos da geografia, pediríamos uma geografia cultural cada vez mais politizada, assim como mais completamente apoiada em processos sócio-econômicos e políticos determinados.

Segundo, Mitchell exige que os geógrafos (e antropólogos) especifiquem exatamente o que é a cultura; afirmando que eles unificam falsamente o que é, de fato, um conceito caótico. Declara que eles dizem que não há culturas singulares e que "diferença ou distinção não podem nunca estar localizadas apenas na continuidade de uma cultura ou tradição"(Clifford, 1988, citado em Mitchell, 1995). Depois ele passa desta citação para a declaração mais geral de que a idéia de cultura "permite-nos transformar diferenças em algo ordenado, mapeável e controlável"(ibid). Parece que, ao mesmo tempo que Mitchell acusa os geógrafos e outros de serem irreais sobre qual é exatamente seu objeto de estudo, ele quer também criticá-los por reificarem a cultura em entidades discretas, limitadas. Quando eles se recusam a fazê-lo, argumentando que a cultura é um processo fluido sem coerência interna ou limites, ele chama esta "falha" de um retrocesso infinito. Cultura pode parecer um conceito caótico, mas apenas reflete sistemas importantes fragmentados, altamente contestados, freqüentemente híbridos e sempre fluidos. Isto não é um problema, a não ser que o conceito seja empregado como uma variável explanatória.

Mitchell não mostra exemplos de geógrafos culturais realmente reificando a cultura em suas análises

ses empíricas. Por exemplo, ele faz citações de apenas um capítulo teórico de *The city as text*, no qual Duncan (1990) usa a definição de Raymond Williams (1982, citado em Mitchell, 1995) de cultura como "um sistema importante através do qual um sistema social é comunicado, reproduzido, experienciado e explorado". Duncan afirma que a cultura enquanto um sistema significativo está inextricavelmente articulada a sistemas econômicos e políticos; assim, ele reconhece sua especificidade (e história). Apesar do uso do termo "sistema" poder soar um tanto reificado, a tentativa foi de evitar naturalizar sistemas econômicos e políticos, abstraindo deles a especificidade. Duncan, por exemplo, distingue sistemas político-econômicos cingalêses dos vários sistemas político-econômicos europeus. Apesar destes "sistemas" serem interligados, não terem limites claramente fixados e não serem homogêneos ou estáveis, eles não deveriam ser vistos como completamente indistinguíveis um do outro ou como idênticos. Admitir a diferença cultural leva à ilusão de universalidade e ao perigo de opressão involuntária por intermédio do imperialismo cultural (Young, 1990). Poderíamos acrescentar aqui que é estranho que Mitchell ache a definição de cultura, enquanto um sistema significativo, de Raymond Williams tão diferente da definição de Zukin (1991) (que ele endossa) de cultura como "um sistema estruturado de representação de pessoas e coisas" (Mitchell, 1995). Este sistema estruturado, diz Mitchell, é "continuamente investido, tornado real através de processos de mediação" (ibid.).

Mitchell sugere que o conceito de cultura de Duncan refere-se a nada mais que a linguagem, apesar de admitir que a paisagem é citada como "um sistema importante através do qual uma ordem so-

cial é comunicada, reproduzida, experienciada e explorada."

A paisagem Kandiana do século XVIII era, é claro, um meio-ambiente muito material altamente simbólico. Era inteligível para os singalêses e para os que, como os tâmil, estavam familiarizados com a cultura cingalêsa, mas não era facilmente compreensível às pessoas em outras bases culturais, como os embaixadores europeus à corte Kandiana.

Os significados culturais interpenetram também os sistemas econômicos. Para os membros do campesinato Kandiano, o significado do trabalho tinha fortes componentes culturalmente específicos e a resistência a tal trabalho (*rajakariya* – trabalho devido ao rei) assumia formas culturais e historicamente específicas. O meio ambiente construído e práticas materiais como estas certamente não são redutíveis à linguagem, apesar de seus significados serem, em parte, oriundos de textos escritos; neste caso, textos sagrados.

Mitchell reivindica que, focalizando a atenção em uma política de interpretação baseada em formações discursivas locais competidoras (dizendo respeito a – e embutidos em – sistemas sociais, econômicos e políticos), Duncan não mais vê a cultura como estando apoiada na interação social. É difícil ver como ele possivelmente pode inferir isto. Aqui há um efetivo deslize que certamente teria sido evitado se ele tivesse se referido aos capítulos empíricos de *The city as text* que focalizam as interações sociais e políticas entre várias classes oprimidas e dominantes. É estranho como o uso das palavras "texto" ou "discurso", não importa quão associadas estejam à vida material, parece levar algumas pessoas a pensar em que o autor, de algum modo, não está engajado em sólida análise social. Esta reação

só pode ser explicada pelo fato de que tais leitores (Mitchell não está sozinho nisso) têm uma visão muito estreita, despolitizada e não material do conceito de texto.

Sugerimos que, em vez de focalizar a atenção exclusiva sobre as declarações teóricas dos geógrafos culturais, Mitchell recorra ao trabalho empírico deles para ver se podem ser encontrados exemplos de reificação. Achemos que ele encontrará precisamente exemplos do que propõe: “[um] enfoque [sobre] como a idéia de cultura funciona... para controlar e ordenar aspectos de um mundo indisciplinado (mas, não obstante, altamente estruturado)” (ibid).

Em *The city as text*, por exemplo, Mitchell encontrará o que ele sugere que uma geografia cultural crítica deveria fazer:

[ela] expõe o poder de classes dominantes, mas também leva em consideração a desmistificação de movimentos opicionais. Estes movimentos inventam estratégias e táticas, transformam relações, produzem artefatos, literatura, música e economia alternativa (ibid)¹.

Mitchell também encontrará especificidade cultural e histórica em descrições de economias e sistemas políticos. Afirmaríamos que tal enfoque sobre especificidade cultural é importante para evitar referências abstratas à economia ou política *per se*.

Mais uma vez, o exemplo de “raça” para o qual Mitchell chama a atenção é útil em demonstrar a utilidade de um conceito não reificado de especificidade cultural. “Raças” não existem em termos biológicos, essencialista, na qual freqüentemente se pensa que existem. Entretanto, conceitos de raça são desenvolvidos em contextos culturais e históricos

específicos para articular e legitimar práticas racistas culturalmente específicas. A idéia de “raças” distintas, como a idéia de culturas homogêneas, é uma categoria cultural que é muito real em seus efeitos.

Entre os muitos outros exemplos de como prestar muita atenção à especificidade cultural evita uma análise excessivamente abstrata, indicaríamos o estudo de Nalini Hennayake (1994) sobre o conceito de desenvolvimento tal como foi considerado no Sri Lanka pós-colonial. Apesar de ser contestado (especialmente pela população minoritária tâmil) e ser certamente híbrido, surge um conceito de desenvolvimento baseado em princípios sociais e econômicos budistas singalêses. Este conceito de desenvolvimento, está em contraste claro com os modelos de desenvolvimento europeus e americanos que, muito freqüentemente, são vistos como culturalmente neutros e universalmente aplicáveis. O desdobramento deste conceito de desenvolvimento singalês tem conseqüências materiais (negativas e positivas) claramente identificáveis para a população do Sri Lanka.

Concordamos plenamente com Mitchell que uma agenda para a geografia cultural seria:

Compreender como grupos poderosos operacionalizaram historicamente a noção de cultura, examinando, por exemplo, como referências à cultura e às diferenças culturais (e sua valorização como atributos de povos) ajudam à colonização, à guerras ‘étnicas’, à produção de uma ‘subclasse’, nos permitindo começar verdadeiramente a ver ‘geografias da cultura’ (Gregory e Ley, 1988) – não como uma romantização de grupos opicionais ou como um exercício na cele-

bração da diversidade (conforme Price e Lewis, 1993), mas como processos sociais reais, práticas representacionais materiais (Said, 1993).(Mitchell, 1995).

Concordamos também que cultura é um conceito notoriamente escorregadio, difícil de definir, que os geógrafos culturais deveriam dar mais atenção ao problema de seu status ontológico e que sempre há perigo de reificá-la, dando-lhe poderes causais. Concordamos que, não dando mais atenção ao conceito de cultura e o que ele significa, os geógrafos culturais podem reforçar o culturalismo. Assim, endossamos o artigo de Mitchell (assim como o seu trabalho mais empírico (Mitchell, 1993a e 1994b) como uma contribuição valiosa à "nova geografia cultural", mas vemos este artigo em particular mais como uma elaboração e refinamento de idéias atuais que como uma crítica efetiva ao trabalho recente de geógrafos culturais, como Cosgrove, Duncan ou Jackson.

NOTAS

- 1 A resistência campesina ao programa de construção altamente explorador do rei Kandiano tomou a forma de clássicas "armas dos fracos", incluindo, principalmente, crítica velada através de poesia, canções e peças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUNCAN J. *The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandyen Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- HENNAYAKE N. *Competing discourses of development in postcolonial Sri Lanka Unpubl. Dissertation*. New York: Syracuse University, 1994.
- MITCHELL D. Public housing in single-industry towns: changing landscapes of paternalism. In: DUNCAN J. and LEY D. (eds). *Place/culture/representation*. London: Routledge, 1993a, p. 110-27.
- _____. State intervention in landscape production: the wheatland riot and the California Commission of Immigration and Housing. *Antipode*, v. 25, p. 91-113, 1993b.
- _____. Landscape and surplus value: the making of the ordinary in Brentwood, California. *Environment and Planning D: Society and Space*, v. 12, p. 7-30, 1994.
- _____. There's no such thing as culture: towards a reconceptualization of the idea of culture in geography. *Transactions of the Institute of British Geographers NS 20*, p. 102-16, 1995.
- WALTON J. How realist can you get? *Professional Geographer*, v. 1, n. 47, p. 61-5, 1995.
- YOUNG I. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- ZUKIN S. *Landscapes of power: from Detroit to Disney World*. Berkeley: University of California Press, 1991.



4- EXPLICAÇÃO EM GEOGRAFIA CULTURAL: UMA RESPOSTA A COSGROVE, JACKSON E AOS DUNCANS

■ DON MITCHELL

A melhor maneira de honrar um argumento é enfrentá-lo. Fico honrado por Denis Cosgrove (1996), Peter Jackson (1996) e James e Nancy Duncan (1996) terem feito exatamente isto, lendo o meu artigo (Mitchell, 1995) tão cuidadosamente e questionando minhas premissas e conclusões. Deixem-me retribuir a honra.

O comentário de Denis Cosgrove me preocupa. Ele afirma estar

perturbado por [minha] demanda persistente de que as metáforas sejam fundamentadas... Por definição, as metáforas não podem ser 'fundamentadas' a não ser que, naturalmente, estejamos sendo solicitados a aceitar uma teoria mimética da linguagem (Cosgrove, 1996).

Em primeiro lugar, a questão interessante é menos aquela de como a linguagem não é mimética, do que aquela que discute o que a faz parcialmente mimética, que forças e estruturas de poder (amplamente concebidas) determinam a relação entre um conceito e seu referente. Na medida em que vivemos num mundo social, não faz absolutamente nenhum sentido afirmar que metáforas não são, de uma maneira ou de outra, "fundamentadas" nesse mundo

social. Certamente, este processo de "fundamentação" é complexo e minha maneira de compreendê-lo é necessariamente incompleta. Mas, se Cosgrove deseja desistir de qualquer reivindicação de ser capaz de explicar o mundo e como ele funciona, não estou disposto a segui-lo e espero que qualquer geógrafo preocupado com a estrutura desigual do mundo também não deseje segui-lo. Ora, Cosgrove certamente pode contestar minha "agenda submarxista" (ibid, 575) (realmente, eu pensei que o marxismo fosse um tanto mais que 'sub'); certamente ele pode argumentar que estou errado na abordagem teórica, na interpretação de evidências, política ou ao longo de toda uma série de outras frentes, mas se deseja argumentar que as metáforas que usamos não têm nenhuma relação com o mundo em que vivemos, eu simplesmente nada tenho sobre o que falar com ele. Na verdade, por que fazer o esforço? O que digo não terá nenhuma relação com o que ele ouve e não haverá nenhum "fundamento" comum entre nós. Mas, obviamente, Cosgrove não pode acreditar nesta posição extremamente isolada ou nunca teria escrito o seu comentário.

Parece-me que o papel mais importante que temos como geógrafos culturais é *explicar* (o melhor que pudermos) o mundo ao nosso redor. Para fazê-

lo, devemos examinar as metáforas que nós e tantos outros usamos para entender o mundo, para compreender as relações entre essas metáforas e um mundo que, em muitas maneiras fundamentais, é extralingüístico. Isto é, precisamos encontrar maneiras de testar nossas idéias e ideologias e as idéias e ideologia de outros, contra um mundo que é, até certo ponto, mas não inteiramente, produzido por meio destas idéias e ideologias. Para sermos irremediavelmente modernos, precisamos nos aproximar, até a melhor de nossas capacidades limitadas, das *verdades* sobre o mundo social. Talvez esta busca por conhecimento exato é ainda mais uma procura pelo Santo Graal do que a procura por uma cultura ontológica que critico, mas que, não obstante, parece-me essencial. Senão, por que fazer qualquer reivindicação para ser um produtor de teorias, de explicação geográfica, de entendimento? Denis Cosgrove, ao contrário, parece negar a possibilidade de explicação de geografia cultural apenas para substituí-la por um jogo livre de metáforas, de tal modo que, até onde posso dizer, a explanação nunca seria possível. Os geógrafos culturais se contentariam em estabelecer metáforas elegantes para todos os possíveis significados que nossas "imaginações geográficas" pudessem possivelmente inventar. Esta me parece uma agenda demasiadamente limitada para a geografia cultural.

Cosgrove e os Duncans estão preocupados em que eu esteja interpretando erroneamente os "novos geógrafos culturais" e atribuindo a eles posições que podem não sustentar. Especificamente, nas palavras de Cosgrove (*ibid*, 574),

Em parte alguma... qualquer um dos 'novos' geógrafos culturais citados por Mitchell afirmou – explicitamente, em es-

critos teóricos, ou implicitamente, em seus trabalhos substantivos – que uma lista ampliada de características constitui uma definição mais verdadeira de uma 'cultura' reificada que a que existia anteriormente.

Deixando de lado o uso errôneo que Cosgrove faz do termo 'reificado' naquela frase (certamente nenhum dos geógrafos reivindicou ter criado um conceito *reificado* melhor), parece bem claro no trabalho que examino que o peso das longas discussões sobre cultura são projetadas precisamente para criar uma definição melhor (ou "mais verdadeira") de cultura. Minha argumentação é que Jackson e os Duncans, por exemplo, não evitam o problema da reificação. Deixo ao leitor a decisão sobre se estou certo¹.

Qualquer que seja a validade de minhas argumentações, Jackson e os Duncans concordam com minha premissa central de que não existe tal coisa ontológica como a cultura e acho gratificante que agora eles queiram tornar sua posição tão explícita. Peter Jackson está certo ao sugerir que eu ignoro o contexto no qual ele escreveu sobre cultura (exatamente como as críticas a Carl Sauer muitas vezes ignoram o contexto da *suas* teorias) e concordo com ele que o contexto era e é importante. Afinal de contas, o conhecimento só é construído através de luta sobre, e engajamento com, as práticas e idéias – situadas em determinados momentos históricos e sociais – que apareceram antes. Admiro os progressos feitos por Jackson na geografia cultural (exatamente como admiro os de Sauer). Mas, apesar disto (e este é um apelo de autodefesa!), sinto-me obrigado a tentar articular as dúvidas que surgiram do trabalho de Jackson. Acho que, de modo algum, isto

diminui a importância daquele trabalho e de seu contexto. Ao contrário, abordo-o com a seriedade que merece.

Mesmo assim, Jackson sugere que "há uma área onde podemos ainda discordar" (p. 573). Ele salienta que minha abordagem aproxima-se perigosamente de cair na armadilha de um idealismo indefensável que separa a idéia de cultura de quaisquer raízes nas práticas materiais. É claro que esta não é minha intenção, absolutamente (e os Duncans bem como Cosgrove parecem acusar-me justamente do oposto), mas agradeço realmente a Peter Jackson por indicar o perigo implícito em minha formulação. A questão que ele levanta é importante. Se concordamos que não há base ontológica para "cultura", então como podemos assegurar que mantemos "um interesse pelo mundo material?"(ibid). Conforme observa Jackson, disciplinas adjacentes estão se aproximando de nossos interesses tradicionais sobre a cultura material e queremos nos assegurar que o que aprendem de nós é a importância absoluta de espaços materiais – não apenas metafóricos – e práticas espaciais. Foi isso que tentei fazer no exemplo que encerrou o artigo. Se ainda há um ponto de desacordo entre nós não é tanto o interesse pelo mundo material; ao contrário, é se, focalizar como a idéia de cultura é operacionalizada num contexto de grande ebulição das práticas sociais, constitui "um estreitamento indevido de nossa agenda" (ibid). Penso que o estudo da idéia de cultura (e de sua materialidade) levarão, em vez disso, ao desenvolvimento contínuo da geografia cultural. E é por isso que o próprio final irônico de Jackson em seu comentário é tão delicioso: apesar de não ser um "crítico conservador" estou realmente argumentando que "a cultura não está em lugar nenhum", mas, como Jack-

son mostra, eu o faço para mostrar que, numa forma diferente, "a cultura está em toda parte". Só espero que fique claro que a "forma diferente" que precisa ser teorizada não é apenas uma questão de propor uma melhor noção ontológica de cultura.

James e Nancy Duncan salientam corretamente que a "mudança cultural" refere-se tanto a mudanças na geografia econômica, política, social e outras geografias e ciências sociais, quanto na geografia cultural. Mas isso não faz nosso trabalho como geógrafos culturais ainda mais importante, uma vez que os Duncans (1996, p. 577), como eu, querem uma "geografia cultural cada vez mais politizada, assim como mais profundamente apoiada em processos sócio-econômicos e políticos determinados?".

Se, o trabalho de Peter Jackson e o dos Duncans implicitamente mostram que a "cultura propriamente dita" é um mero fantasma (mas muito poderoso), então é nosso dever tornar isso explícito para nós mesmos e para outros que possam usar nossas teorias. Outros geógrafos e cientistas sociais contarão conosco, pelo menos parcialmente, procurando pistas para teorizar a cultura e prestaremos um desserviço a nós mesmos e aos outros se abandonarmos nossas teorias exatamente no ponto em que se tornam mais cruciais – exatamente naquele ponto onde podemos começar a reconhecer a construção da idéia de cultura como um meio para ordenar, dominar e, talvez, resistir.

Os Duncans sugerem que eu acuso os teóricos culturais de um viés. Mas a minha posição não era a de que os geógrafos são "irreais sobre qual é exatamente seu objeto de estudo" (ibid, 577), era exatamente o oposto. Os geógrafos (e outros teóricos culturais) citam continuamente noções reificadas de cultura mesmo quando não é essa sua intenção e,

por esse motivo, reificam a "cultura em entidades distintas e delimitadas." (ibid). Este não é um viés do qual estou acusando os teóricos culturais. Em vez disso, aponta-se para o que vejo como uma *consistência* lógica num argumento que se inicia a partir de *falsas* premissas. Realmente considero um "fracasso" a incapacidade dos geógrafos culturais em especificar seu objeto de estudo, mas tento mostrar que a razão para este fracasso não está no que os geógrafos fazem, mas nos conceitos que desenvolvem.

Os Duncans (ibid) estão preocupados com o fato de que a minha posição potencialmente "admite a diferença cultural" e leva a uma ilusão de universalidade e ao perigo de opressão involuntária por meio do imperialismo cultural. Entretanto, minha análise foi feita para afastar a análise da diferença "cultural" das teorias internas da "cultura" (inevitavelmente reificada) e direcionadas às teorias externas de poder em direção precisamente ao tipo de poder que leva a um imperialismo cultural bastante intencional. Pois é isso que está em jogo com a idéia de cultura, e é por isso que tomei emprestado e reformulei o conceito de "infra-estrutura crítica" de Zukin (1991): o imperialismo cultural intencional representa muito trabalho.

Tudo isso, certamente, leva à maior diferença entre mim e os Duncans. Minha queixa sobre a análise textual das paisagens e culturas não é tanto que não estejam "engajadas em análise social fundamentada" (apesar disto poder ser um perigo), nem que os textos sejam, de certa forma, não "reais" ou "materiais". Mais propriamente, é que a análise textual é demasiado limitante, que a metáfora textual afasta de práticas que não podem

ser facilmente subordinadas a ela e que não despendemos tempo suficiente examinando essas práticas que "amarram" abstrações ao "real" (Mitchell, 1995). Não "desejo separar idéias num domínio à parte da prática material como, de certa forma, não plenamente real". (Duncan e Duncan 1996, 576). Acho que meu artigo, especialmente a última seção sobre representação da cultura na sociedade contemporânea, discute vigorosamente a materialidade de idéias e ideologias. Mas não quero manter uma distinção entre idéias (e ideologias) e outras espécies de práticas materiais às quais as idéias estão conectadas. Senão correremos o risco de suprimir todas as formas de atividade extratextual sob a metáfora abrangente do texto. Em resumo, os Duncans e eu simplesmente discordamos sobre como conceitualizar a materialidade das idéias.

Entretanto, nós realmente concordamos que a materialidade das idéias é crucial – e, naturalmente, este é exatamente o ponto que Jackson procurou reforçar em seu comentário sobre meu artigo. Se, como indicam os comentários de Peter Jackson e os Duncans (e que Cosgrove nega), meu artigo contribuiu, pelo menos numa pequena parte da geografia, para a derrubada de um conceito vazio e um tanto hostil e se, por este motivo, começamos a nos mover em direção a melhores teorias de poder (que serão melhores teorias de "cultura"), ficarei muito satisfeito, mesmo que isto realmente signifique que eu apareça, de algum modo, desprovido de "imaginação geográfica". Tenho certeza de que a nossa capacidade contínua de nos engajar em *explicação* geográfica suprirá a contento essa falta.

NOTAS

- * Traduzido por Olívia B.Lima da Silva de "Explanation in cultural geography: a reply to Cosgrove, Jackson and the Duncans." Publicado em *Transactions of the Institute of British Geographers*. 21(3). 1996, pp 580-582.
- 1 Num ponto relacionado, parece-me "quixotesco" queixar-se de que focalizo demasiadamente afirmações teóricas. Por quê alguém escreve uma teoria a não ser para fornecer uma afirmativa concisa, consolidada e, esperançosamente, persuasiva sobre como o mundo funciona? A teoria é produzida para estabelecer as regras básicas para análise. Não devo questionar estas regras mas, em vez disso, apenas avaliar em conformidade com elas?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSGROVE D. Ideas and culture: a response to Don Mitchell. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 21, p. 574-5, 1996.
- DUNCAN J. and DUNCAN N. Reconceptualizing the idea of culture in geography: a reply to Don Mitchell. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 21, p. 576-9, 1996.
- JACKSON P. The idea of culture: a response to Don Mitchell. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 21, p. 572-3, 1996.
- MITCHELL D. There's no such thing as culture: towards a reconceptualization of the idea of culture in geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 20, p. 102-16, 1995.
- ZUKIN S. *Landscapes of power: from Detroit to Disney World*. Berkeley: University of California Press, 1991.